

Editorial

A Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais chega ao seu quarto ano de publicação de artigos científicos, ensaios e resenhas. E é com muito prazer que escrevo este Editorial, sobretudo, por ter acompanhado o percurso desta Revista, percebendo que ela se destaca, principalmente, como um espaço democrático de publicações, proporcionando a publicação de textos produzidos por alunos de Graduação, Mestrado e Doutorado, aproximando-os daqueles produzidos por Professores e Pesquisadores, incentivando a reflexão, divulgação e produção de pesquisas científicas em todos os níveis. Ao mesmo tempo, esse compromisso é feito buscando conciliar a qualidade dos trabalhos publicados.

Trata-se agora do número 1 do ano de 2015, correspondendo ao quarto volume. Os trabalhos apresentados nesta edição contemplam os seus três eixos temáticos, a saber: Movimentos Sociais na Cidade e no Campo; Produção do Espaço: atores, instrumentos e conteúdos; Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania; bem como a seção de Ensaios, Resenhas e Entrevistas, garantindo mais uma vez, o encontro com temas e abordagens variados que contemplam assuntos tratados em escalas, regional, nacional e internacional.

Abrindo os trabalhos do eixo **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo**, Cláudio Jorge Moura de Castilho, nos contempla com o trabalho “Uma Análise Geográfica da Evolução dos Movimentos de Bairro em Recife-PE: um movimento social vivo e relevante”. Discute à luz das dimensões perversidade, fábula e possibilidade, propostas por Milton Santos, a relevância da organização dos movimentos de bairro, na cidade do Recife, para a construção de “espaços de vida” condignos com a condição de cidadão completo de cada um. A partir da dimensão perversidade, o autor confronta as desigualdades que estão na base da “produção” do espaço urbano, no contexto capitalista de produção, discutindo como elas se refletem na construção de cidades para o capital em detrimento de cidades para as pessoas. Considera como um dos efeitos da perversidade a profunda desigualdade em termos de acesso a bens e serviços, de qualidade de vida, da desigual exposição a riscos à saúde, a riscos naturais, ainda que essas iniquidades apareçam revestidas como fábulas, flamulando a idéia de que “somos todos iguais!”. Estas Fábulas aparecem como estratégias materiais, como por exemplo, através da distribuição de equipamentos de prestação de serviços, contudo, sem a devida qualidade; e imateriais, através de discursos, na tentativa de naturalizar as desigualdades, a competição, a pobreza, a exploração, cada vez mais crescentes nas escalas locais e globais. Embora essas fábulas tenham suavizado tensões no tempo e no espaço, uma vez que não é fácil perceber as estratégias e alcançar um olhar crítico e complexo da realidade, os movimentos de bairro em Recife, a partir de uma contiguidade territorial criadora de comunhão, conceberam espaços importantes de discussão e luta que culminaram em protestos, reivindicações, novos projetos territoriais, abertura de espaço de diálogo para uma gestão mais

participativa da cidade. Tudo isso, em seu conjunto, trouxe melhorias para os lugares de vida daquelas pessoas. Se por um lado o autor reconhece que as pautas das reivindicações dos movimentos de bairro tenham se centrado, em grande medida, no acesso ao mercado de consumo, acesso aos equipamentos de bens e serviços, obras infra-estruturais, numa dimensão mais quantitativa, por outro ele reforça a pertinência de continuarmos questionando o que falta efetivamente para que esses movimentos de bairro possam alcançar a dimensão qualitativa de suas reivindicações, bem como emendar suas reivindicações locais com questionamentos estruturais mais amplos e que estão na base real das desigualdades, fazendo com que o movimento de bairro transforme-se no movimento a partir do bairro, alcançando assim a multiescalaridade. Conquanto, ainda que o espaço urbano da cidade do Recife seja marcado por forte desigualdade, o autor destaca: a) a presença de mais equipamentos de saúde e de educação em bairros mais pauperizados; b) a experiência de formação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), como garantia de permanência dos pobres nos seus lugares de vida; c) a criação do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), como meio de participação popular na gestão urbana e fundiária da cidade; d) implementação do Orçamento Participativo (OP), como conquistas importantes para a melhoria na direção da qualidade de vida das pessoas, embora não sejam ainda suficientes para a construção do espaço do cidadão em sua plenitude.

De caráter eminentemente teórico, o artigo “Os Suportes Epistemológicos dos Movimentos Sociais”, de Beatriz Maria Soares Pontes, analisa e discute as ideias que embasaram as diversas e complexas teorias norteamericanas e europeias sobre Movimentos Sociais, situando-as em seus contextos sociopolíticos, tendo em vista, que a ciência, assim como suas teorias e paradigmas, corresponde também aos contextos nos quais estão inseridos. Olhar para as correntes de pensamentos que se dedicaram a estudar e compreender os movimentos sociais demonstra uma postura de complexidade do fenômeno, tanto no que tange à sua conceituação quanto aos fatores que os impulsionam. As teorias explicativas dos movimentos sociais norteamericanos passaram pela psicologia social em que os sentimentos e ressentimentos de grupos coletivos, associados à condição de privação material, estavam na base da formação do movimento, caracterizando as Teorias Clássicas. Contudo, estas teorias são negadas pela chamada teoria da Mobilização de Recursos (MR) que via o descontentamento e a privação como insuficientes para explicar os movimentos sociais, sendo a mobilização de recursos - econômicos, humanos e de comunicação o motor impulsionador da formação de movimento social. Todavia, não demorou para que fosse introduzida uma dimensão política na abordagem da MR, resultando na conhecida Mobilização Política (MP), a qual resgatou a psicologia social das teorias clássicas e enfatizou a relevância das estruturas de oportunidades políticas para a formação dos movimentos sociais. Olhar apenas para as condições externas ao movimento, neste

caso, a oportunidade política, foi apontado pela autora como uma das maiores fragilidades dessa teoria explicativa. Já na Europa, na década de 1970, despontou a corrente dos Novos Movimentos Sociais (NMS), os quais se destacaram como movimentos descentralizados, sem hierarquias internas, espontâneos, fluidos e sem clara base classista, provocando grande perturbação aos intelectuais que tentaram definir o que seria o “novo” dos NMS. No tocante ao paradigma marxista de análise, embora tenha suscitado muitas teorias explicativas, os movimentos sociais foram associados às lutas de classes, sendo a classe trabalhadora o principal sujeito do movimento. Nomes como Marx, através da sua proposta de uma práxis revolucionária da classe trabalhadora; Rosa Luxemburgo com seus fundamentos teórico-filosóficos concebendo a revolução ligada à consciência dos homens, ou seja, ao fruto da sua experiência; Gramsci com as discussões em torno da autonomia do movimento em relação ao Estado são considerados pela autora para realçar a multiplicidade de teorias que alimentaram o paradigma marxista. Enquanto isso, nas análises contemporâneas neomarxistas dos movimentos sociais, a autora destaca os Movimentos Sociais Urbanos (MSU), os quais têm como referência estudos de Castells. Para este autor, os MSU são definidos como práticas coletivas que tem suas raízes nos problemas sociais urbanos, com capacidade para produzir alterações qualitativas no sistema urbano. Contudo, há limites políticos, tendo em vista que esses movimentos podem ser facilmente cooptados por atendimento de demandas imediatas, fragilizando e fragmentando o movimento. Ademais, a análise dos MSU deve partir do caso concreto para então articular a forma como se desenvolve com a problemática econômica e política mais abrangentes. Por fim, a autora centra-se na indicação de obras de Eric Hobsbawm, as quais se inserem na abordagem histórica da vertente marxista contemporânea. Diante do exposto, fica evidente o desafio que se coloca a construção de uma teoria que articule todas as dimensões que envolvem os movimentos sociais, revelando a necessidade de abordagens interdisciplinares, sendo imprescindível a abertura das “caixas” da ciência e a promoção de diálogo e comunhão entre os diversos campos do conhecimento social.

No artigo, “Movimentos Sociais na América Latina: da teoria à realidade”, a autora Beatriz Maria Soares Pontes, se debruça sobre a realidade dos Movimentos Sociais na América Latina a partir de dois pontos: o primeiro discute as raízes teóricas do quadro conceitual sobre movimentos sociais, destacando as contribuições de Gohn (1996; 1997). Ainda discute como a categoria território foi incorporada às discussões sobre movimento sociais, destacando ideias do sociólogo francês Lojkine e dos geógrafos brasileiros Mançano e Silva. No segundo ponto, a autora resgata e discute os movimentos sociais de grande relevância que ocorreram na América Latina, problematizando seus contextos, particularidades, relação com o Estado, desafios e conquistas, evidenciando a diversidade dos movimentos sociais existentes naquele território. As teorias sobre movimentos sociais na América Latina foram fortemente marcadas por pensadores europeus

por meio do paradigma marxista, pois embora a América Latina tivesse vivenciado significativas mobilizações, poucas teorizações foram feitas. O que levou, segundo a autora, a uma “orfandade teórica” aos estudiosos latino-americanos que trabalhavam com movimentos sociais, tendo em vista o declínio das teorias europeias Marxistas e dos Novos Movimentos Sociais em 1980 e 1990, respectivamente. A autora relata que vários cientistas consideravam imprescindível a retomada de um referencial teórico que desse conta das especificidades dos movimentos latino-americanos, e nesse contexto, Gohn propõe que, para tal, seria necessário levar em conta uma diversidade de aspectos tais como: a hegemonia dos movimentos populares, a diversidade dos movimentos, as estratégias e táticas de cada um, as mudanças na Igreja católica frente aos movimentos, a questão agrária, dentre outros. A heterogeneidade das mobilizações latino-americanas, tão enfatizada pela autora, fica evidenciada quando são descritos e analisados os movimentos da Cadeira Vazia, no Equador; o Movimento Zapatista, no México; Os Movimentos Sociais Brasileiros: das décadas de 1970 e 1980, os movimentos do final do século XX e início do XXI e os movimentos de Junho de 2013. Essas mobilizações abrangeram tanto o espaço urbano quanto o rural e apresentaram pautas muito diferenciadas, muitas delas consideradas “modernas” para o período. Foi considerando esses aspectos que Gohn propôs uma teoria para os Movimentos Sociais latino-americanos, apontando como principais categorias de análise a exclusão e resistência e a participação, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva. Ademais, a categoria território não foi negligenciada nas análises dos movimentos sociais e as contribuições vieram com Lojkin, que enfatizou que os movimentos têm potencial para contestar não apenas o poder econômico da classe dominante, mas também como se reproduz o tecido social que se materializa nos territórios como reflexo da divisão social do trabalho; com Mançano, que inova com a adoção do termo movimento socioespacial, caracterizando o movimento que tem o território como ponto de partida e de chegada das reivindicações; e Silva que destaca a relevância do território nas discussões que envolvem o desenvolvimento e a sociedade. Contudo, segundo a autora, ainda é preciso aprofundar essas discussões para efetivamente alcançar uma base teórica de maior consistência. Além disso, apesar do desafio que é construir uma base teórica que abranja as mobilizações latino-americanas num contexto de uso de diferentes espaços, tecnologias, numa era em que tudo parece velho e novo na mesma fração de segundo; e da “construção” tardia de um projeto teórico que dê conta da realidade, da verdade, é que elas sempre existiram e participaram do processo de construção política daquele território, basta compreender que aquele território não foi apenas construído por governantes, mas também pelas ações de reivindicação e resistência de um povo.

No eixo “**Terciário: trabalho, consumo e produção do espaço**”, a autora Mariana Rabêlo Valença com o artigo “A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravata-PE” explora, a

partir de uma realidade territorializada, no tempo e no espaço, a complexidade que envolve o tema do turismo e o processo de mercadorização da natureza dele decorrente. O trabalho é realizado a partir de uma leitura marxista da natureza, na qual esta última aparece como uma reserva de valor apropriada e “vendida” como uma mercadoria a um grupo social seletivo, apoiando-se no que a autora chama de “discurso verde”. Neste sentido, a natureza é apresentada no mercado publicitário como um bem escasso, um bem a que poucos têm acesso, o que lhes garante a exclusividade tão procurada e comprada numa sociedade que tenta a todo custo satisfazer as necessidades criadas pelo capital. Esta faceta de apropriação e venda da natureza não é uma prática que foge à realidade do turismo em Gravatá. Segundo a autora, o turista naquela cidade procura os atributos naturais em função de um discurso sustentável que envolve a prática do turismo. Entretanto, ela chama a atenção para os conflitos decorrentes desse processo, tanto no que se refere ao aspecto natural, em virtude do uso dos recursos para além da sua capacidade de resiliência, quanto ao aspecto social, uma vez que a população local fica excluída do mercado imobiliário formal em virtude do aumento do preço da terra e da propriedade, aprofundando as desigualdades socioterritoriais. São ainda apresentadas pela autora as potencialidades que o município de Gravatá apresenta para o “desenvolvimento” do turismo e dentre elas estão, por exemplo: a proximidade com a capital pernambucana, sobretudo, o clima agradável com temperaturas amenas, presença de matas, olhos d’água, para além dos grandes empreendimentos imobiliários que atraem pelo estilo arquitetônico, ou seja, pela estética da mercadoria, alimentando o mercado de segunda residência como motor-chave do turismo em Gravatá. Desse modo, a autora conclui que a fetichização da natureza de Gravatá, alimentada pelo poder público e investidores do ramo do turismo, é uma estratégia para atrair turistas e garantir o crescimento econômico local.

O trabalho “Ponto de Inflexão no Planejamento da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: a superação da secundarização da questão socioambiental em Campina Grande – PB”, dos autores Adeisa Guimarães Carvalho e Lemuel Dourado Guerra, coloca-nos diante da relevante discussão que envolve a questão ambiental, contemplando a sua complexidade. O termo complexidade não foi destacado por acaso, porque, ao problematizar o planejamento e a gestão dos resíduos sólidos num município, os autores deixam evidente as componentes políticas, econômicas, culturais e sociais que envolvem a questão (socio) ambiental, que, por seu turno, deve ser contemplada. Os autores analisam a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e problematizam a questão do Desenvolvimento Sustentável, como suporte para “olhar com proximidade” para a Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS). Ao analisarem a PMRS, evidenciaram que a questão ambiental é secundarizada na gestão e planejamento dos resíduos em Campina Grande, tendo em vista que fatores como poluição ambiental e distribuição social desses impactos não são priorizados, contribuindo para o aumento das vulnerabilidades daquelas

peessoas que já se encontravam em condições precárias de vida. Aprofundando a discussão, que envolve a dimensão social, os autores problematizam, a partir dos resultados encontrados nas entrevistas realizadas, o fechamento de um lixão em 2012, destacando os impactos sociais daquela ação, denunciando a invisibilidade com que foram tratadas as pessoas que ali trabalhavam, tendo sido, por sua vez, desapropriadas do seu meio de vida sem apresentação de qualquer alternativa. Fica evidente que a discussão que os autores introduzem não questiona o fechamento ou não do lixão, mas a exclusão a que foram submetidas as famílias. Contudo, é ressaltada a relevância que tem a Universidade, através de grupos de pesquisas com seus alunos e professores dispostos a “olharem para além dos muros da Universidade”. Os autores demonstraram como o trabalho de assessoria realizado junto às cooperativas e associações são importantes para o “empoderamento” do indivíduo (catador), enquanto um agente social e político capaz de reivindicar espaço de participação social no planejamento e execução de políticas urbanas das suas cidades.

O último artigo deste eixo é dos autores Edmilton Amaro da Hora Filho e Fernanda Marques, os quais trazem para discussão a temática educacional, com destaque do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito do Projovem Urbano. No trabalho “Práticas Educativas no Projovem Urbano do Recife-PE: diferenciação, fatores locacionais e problemáticas nos bairros de Brasília Teimosa e Ibura”, os autores se basearam tanto na observação direta quanto em entrevistas, realizadas junto a moradores dos dois bairros, para problematizar os contextos em que o programa EJA é realizado, identificando as principais barreiras ao acesso e conclusão da escolarização dos jovens e adultos. Para tanto, os autores discutem o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem demonstrando que o foco deste programa não está apenas na escolarização dos jovens e adultos, mas também em uma componente profissionalizante e cidadã, tendo em vista que o público alvo é constituído, em sua maioria, de indivíduos na fase adulta e com inserção precária no mercado de trabalho, em função do baixo nível de escolaridade e ausência de uma profissão. Essa iniciativa começou no estado de Pernambuco em 2005, tendo matriculado mais de vinte mil pessoas e garantido a certificação de conclusão do ensino fundamental e profissionalização de mais de oito mil jovens e adultos, após três anos de sua implementação. Contudo, ainda são grandes as barreiras que impedem que jovens e adultos, que, por razões diversas, abandonaram as escolas na infância, concluam essas alternativas de programas de formação. Dentre os fatores que contribuem para a não finalização do curso, os entrevistados apontaram: a frequência em bares, festas e o envolvimento com drogas, demonstrando por um lado o desafio que enfrentam esses programas, tendo muitas vezes que recriar alternativas para tonarem-se atrativos num contexto de competição com atividades de entretenimento, e por outro a vulnerabilidade social, a pobreza, a precariedade das condições de existência das pessoas nos dois bairros estudados. Essa precarização ficou evidenciada quando os entrevistados

relataram que os fatores que impulsionaram a evasão escolar na infância foram, principalmente, gravidez precoce e a necessidade de trabalho. Desse modo, os autores concluem a relevância das Políticas Públicas considerarem o contexto em que serão implementadas, tendo em vista que cada território tem dinâmicas e necessidades particulares, as quais interferem no (in)sucesso das Políticas.

O eixo **Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania** traz uma inovação. Esta inovação diz respeito à publicação do primeiro número de uma coletânea de quatro artigos complementares, os quais serão apresentados nos próximos números desta Revista. A autoria dos artigos é de Luís Mendes, o qual traz para a primeira reflexão o artigo intitulado “Globalização e Novas Condições para o Governo Neoliberal do Território: Prelúdio à Nova Reforma da Administração do Poder Local Português”. Este artigo é fruto de uma reflexão eminentemente teórica sobre a globalização e a competitividade territorial, embora a realidade do território português apareça como elucidativa. A partir das duas temáticas acima citadas, o autor problematiza a Reforma Administrativa do Poder Local no Âmbito do Programa do XIX Governo Institucional Português, vigente desde Junho de 2011, desnudando a sua face mais perversa para o território, muitas vezes, obscurecida pelo discurso da eficácia, eficiência e economicidade. Segundo o autor, no território português, este processo vem sendo marcado pela desregulação e por uma administração territorial orientada por um modelo gestor, o que significa, na prática, acumular capital e reduzir os gastos com os serviços públicos. É relevante destacar que esta realidade insere-se no contexto da globalização, a qual, por sua vez, impõe novas condições e desafios ao planejamento e gestão do território. A compressão espaço-temporal e a especialização dos territórios possibilitada pela acumulação flexível, num contexto em que parece não haver barreiras à circulação de capital, aparecem como fatores que impulsionam uma competição entre territórios, estando estes sujeitos a permanentes avaliações e hierarquizações, levando os lugares e regiões a uma busca desenfreada pela inovação, para garantir o seu protagonismo nas mais diversas escalas. Como se nota, a exploração das vantagens competitivas dos territórios aprofunda as desigualdades entre eles, conferindo a globalização uma natureza “produtora” de desequilíbrios e desigualdades territoriais. Consequentemente, impõe-se a governabilidade do território, a premência de criação de instrumentos de planejamento e gestão mais pró-ativos. Isso tem significado, na prática, descentralização, racionalização de recursos públicos e aprofundamento do municipalismo, dentre outros. Tudo isso, associado à crise do Estado-Providência, cria terreno para uma ofensiva neoliberal nas políticas do território português. Ademais, o autor se debruça sobre o contexto e como se deu a transição do paradigma Fordista para o Pós-Fordismo no âmbito econômico, bem como do paradigma moderno funcionalista, de visão técnico racional, para o neoliberal estratégico competitivo, no âmbito da administração do território, evidenciando que as reformas pelas quais os territórios passaram não passam de

respostas ao processo de neoliberalização, para o qual parece não existir qualquer tipo de barreira.

Finalizando este eixo, os autores Júlio César Suzuki e Marcos Henrique Martins, apresentam o trabalho “Jovens Quilombolas e a Mobilidade do Trabalho nas Comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Rio Ribeira de Iguape – São Paulo”. A partir destes dois casos de estudos, os autores problematizam o processo de expropriação que vem sofrendo as comunidades quilombolas diante da decisão da emigração dos jovens quilombos para a cidade. Contudo, os autores deixam claro que este processo ocorre na medida em que novas oportunidades são conquistadas por aquelas comunidades, atribuindo um caráter contraditório a esse processo. Os casos estudados tratam-se de duas realidades distintas, na medida em que a Comunidade da Poça caracteriza-se como monocultora de banana e a Comunidade Mandira pela diversidade de atividades com destaque para a engorda e comercialização de ostras. No caso da Poça, o avanço do processo de urbanização sobre a Comunidade vem tornar a cidade um atrativo para os jovens, fazendo com que optem pelo processo migratório, em busca de melhores condições de vida, nem sempre encontradas em seus destinos. Essa situação está, por sua vez, ligada às dificuldades de viabilização econômica da comunidade, tendo em vista que a passagem de um sistema econômico policultor, baseado no excedente para troca e venda para uma economia mercantil baseado na monocultura, com a figura do atravessador expropriando do quilombola a renda que é por ele produzida. Neste sentido, tanto a emigração do jovem quilombola quanto a figura do atravessador expropriam a riqueza da Comunidade, pois o jovem na Comunidade enquanto força de trabalho é capaz de produzir mais do que aquilo que recebe de salário na cidade, tendo em vista a precarização de sua inserção no mercado de trabalho formal; e o atravessador porque extrai a renda da mercadoria produzida pela Comunidade. Em contrapartida, na Comunidade de Mandira, não há a figura do atravessador, estando a Comunidade organizada em uma cooperativa, a Cooprostra, garantindo maior inserção da Comunidade nas relações de mercado e o trabalho familiar. E, embora haja algum incentivo dos pais para que os jovens procurem a cidade, alguns dos entrevistados indicaram a possibilidade de permanência na Comunidade, embora desejem realizar cursos técnicos e superiores. Assim sendo, concluem os autores que tanto a emigração dos jovens, nas duas comunidades, quanto à figura do atravessador, na Comunidade da Poça, promovem a expropriação de riqueza das comunidades. Diante desses dois casos de estudo, os autores apontam a relevância de refletir sobre as histórias de vida desse povo, seu modo de vida, suas apropriações territoriais enquanto base para pensar em alternativas que valorizem e perpetuem práticas culturais, garantindo a permanência em seus territórios. Isto, para cessar a luta entre a permanência e emigração dos seus jovens, o que significaria a continuação de práticas culturais, modo de vida, relações com a natureza, particulares, contribuindo para a construção de um mundo de igualdade no qual cabe o direito à diferença.

O eixo **Ensaaios, Resenhas e Entrevistas**, desta vez é contemplado com uma resenha dos autores Milena Barros Gomes, Gabriel Augusto Coelho Santana, Rogério Luiz Souto Cavalcanti e Maria Eugênia Wanderley Lima sobre o livro “Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?”. A partir desta resenha, na qual são apresentadas as principais ideias dos 11 textos que compõem o livro, é possível perceber que esta é uma temática que divide opiniões. As discussões que envolvem a escala intraurbana ganha relevo, na medida em que novos projetos se materializam provocando alterações na vida das pessoas. Autores como Whitaker Ferreira problematizam a “venda” das cidades como se estas fossem uma mercadoria posta no mercado. As discussões também perpassam pelo tema das grandes máfias com Andrew Jennings, ao discutir a realização de “contratos” ilícitos entre Comitês Olímpicos, multinacionais patrocinadoras e Federação Internacional de Futebol. É evidenciado o interesse único e exclusivo de obtenção de lucro, a partir dos megaeventos, sem que as pessoas sejam efetivamente incluídas e participem democraticamente do processo de implementação dos grandes projetos urbanísticos, os quais são totalmente alheios à dinâmica socioespacial dos seus territórios de vida. A lei Geral da Copa discutida por José Luiz de Souto Maior é clara quanto ao seu interesse de controle espacial e econômico do país ao se sobrepor à Legislação Nacional. Numa orientação mais próxima das pessoas os atores mostram como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik descrevem e refletem sobre o processo de violação que sofrem as pessoas menos favorecidas das áreas vitrines desses eventos, sendo removidas, muitas vezes, na base da violência, ferindo o direito dos indivíduos. É relevante destacar que, embora tenhamos assistido à realização de grandes obras nas mais diversas partes do território brasileiro, este não se apresentou apenas enquanto base material, visto que o território é o *locus* do acontecer social, onde as pessoas em comunhão com os seus pares se reconhecem como pertencentes àquele lugar, ele foi também condição para as ações coletivas de resistência e de luta contra-hegemônica, como mostrou o texto sobre os Trabalhadores Sem-Teto. Isto posto, não é consensual a ênfase apenas nos aspectos negativos da realização dos grandes eventos, uma vez que autores como Luis Fernandes veem a Copa do Mundo e as Olimpíadas como “janelas de oportunidade” para o projeto desenvolvimentista do país. Assim fica evidenciada a relevância do livro discutido, tendo em vista o confronto de ideias e pensamentos, garantindo à Academia o status de *locus* do livre pensar.

Diante do exposto, convidamos a comunidade acadêmica e sociedade civil para a leitura dos artigos apresentados nesta edição. Este número traz reflexões que contemplam temáticas diversas, abordagens teóricas diferentes, evidenciando a riqueza e complexidade da Ciência Geográfica, e ressaltando também o seu caráter interdisciplinar, tendo em vista que alguns dos estudos aqui apresentados dialogam com teorias, autores, de outras áreas do conhecimento. Contudo, diante dessa diversidade, nota-se que o fio condutor que une todas as reflexões aqui

apresentadas reside na “denúncia” das injustiças e na ênfase das conquistas sociais... com vistas ao alcance de um mundo menos desigual!

Gostaria ainda de agradecer imensamente, em nome do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, a colaboração do amigo e investigador do Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, **Anselmo Pinheiro Amílcar**, pela autoria e autorização de divulgação da imagem que trazemos na capa desta edição. A fotografia foi tomada aos dias 19 de Março de 2015, no bairro social Cova da Moura, localizado no concelho da Amadora, Portugal.

Lisboa, Primavera 2015

Katielle Susane do Nascimento Silva